ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

NÚMERO 5

INICIO 20.30 HORAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2012 ----------

Nº. 05/2012 ----------

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e doze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, reuniu a Assembleia Municipal de Constância registando-se as presenças dos seguintes vogais: - António Manuel dos Santos Mendes, Arsénio Oliveira Cristóvão, Maria do Rosário Costa Martins, Marco Paulo Coutinho Gomes, António Manuel Morgado Louro, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Paulo Manuel Farinha Varino, Carlos Manuel Marques Alves, Rui Manuel Ferreira, Mário Rodrigues Pereira, Sónia Cristina Marques Varino, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, João Carlos Baião da Silva, Jorge Manuel Louro Pereira, António José Calado Martins Pinheiro. ----------

Faltaram a esta sessão: Hugo Filipe Neto Sebastião e Virgílio Manuel Rosa André tendo ambos apresentado justificação de impedimento. ----------

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo do Município: - Presidente - Máximo de Jesus Afonso Ferreira; Vereadores – Maria Manuela de Oliveira Arsénio, Rui Paulo Serras Vermelho e Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim. ----------

Também estiveram presentes os seguintes colaboradores da Câmara Municipal: - Ana Silvério, Coordenadora Técnica e Jorge Heitor, Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente. ----------

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída da seguinte forma: Presidente – António Manuel dos Santos Mendes; Primeiro Secretário – Arsénio de Oliveira Cristóvão; Segundo Secretário – Maria do Rosário Costa Martins. ----------

ABERTURA ----------

Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo dado inicio aos trabalhos com o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

Ata de 27.09.2012: foi colocada à votação para discussão, tendo sido aprovada por unanimidade. ----
Não tendo havido qualquer intervenção, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por maioria** com duas abstenções dos vogais do PS. ----------

OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE. ----------

Presidente da Assembleia – Informa que na última sessão ficou por esclarecer a questão colocada pelo vogal Carlos Alves sobre o painel publicitário colocado na encosta do rio Zêzere, solicitando ao presidente da Câmara Municipal as explicações adequadas. ----------

Presidente da Câmara – Informou que o painel publicitário ali colocado foi produzido com o patrocínio da empresa que constava no mesmo, tendo havido o cuidado de o retirar antes da abertura do concurso. ----------

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

Foi apresentado pela bancada da CDU uma moção sobre o **Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo (ACES)** com o seguinte teor: *"A criação do ACES do Médio Tejo, decorrente da fusão do ACES Medio Tejo 1 – Serra d'Aire com o ACES do Médio Tejo II – Zêzere, conforme Portaria n.º 394-B/2012 de 29 de novembro, determina uma reconfiguração dos sistemas locais de saúde.----------*

A criação deste ACES, implicando 247 894 utentes e 707 profissionais distribuídos pelos Centros de Saúde de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Fátima, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Torres Novas, Tomar e Vila Nova da Barquinha, apresenta como objetivos principais, entre outros, a criação de economia de escala e concentração de recursos das Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados, Unidades de Saúde Pública e Unidades de Apoio à Gestão e uma reconfiguração dos ACES tendo por base as áreas de influência dos hospitais de referência, procurando melhorar a integração clinica entre o ACES e os Hospitais. ----------

A citada Portaria de criação do ACES do Médio Tejo, determina a localização da Sede do mesmo em Torres Novas. ----------

Quanto aos objetivos de criação do ACES nada tem a obstar, desde que esta reconfiguração se traduza numa efetiva melhoria da prestação de cuidados de saúde à população. Acreditamos ser um modelo de investimento predominante nos cuidados de saúde mais próximos das pessoas, mais eficazes, mais económicos e baseados numa medicina que situa a tónica na pessoa e na sua relação com os serviços, levando em linha de conta a sua história de vida e a sua inserção social e familiar. ---

Acreditamos que a colaboração entre hospitais e ACES deverá estender-se a áreas onde existam possíveis ganhos de eficiência, nomeadamente na partilha de serviços de apoio ou na partilha/centralização de meios tecnológicos. ----------

Uma maior integração de cuidados permitirá reduzir a fragmentação do sistema e a desarticulação entre as várias estruturas da oferta de cuidados de saúde, resultando em ganhos na qualidade assistencial e em melhores resultados em Saúde. ----------

A nossa comunidade evidência necessidades de cuidados de saúde, de promoção, de prevenção, de educação, de proximidade, de respeito, de ética e de equidade, com consequente obtenção de resultados. ----------

Contudo, esta reorganização do ACES do Médio Tejo, nomeadamente a localização da sua Sede em Torres Novas, desperta-nos uma preocupação adicional e tomada de Consciência relativa ao passado recente. ----------

Constância apresenta uma localização estratégica face aos Centros de Saúde que compõem o ACES do Médio Tejo e equidistante, inferior a 25 minutos e 20 Km, em relação aos hospitais Centro Hospitalar do Médio Tejo. ----------

Desta forma, não obstante a localização da Sede do recém-criado ACES seja Torres Novas, entendemos quer pela localização estratégica e central já enunciada, quer pelas infra estruturas criadas, também com o esforço desta Autarquia, que o 1.º andar do edifício do Centro de Saúde de Constância, na altura destinado a um futuro centro de formação no âmbito da sub-região de saúde de Santarém e até à data como Sede do extinto ACES Zêzere, seja rentabilizado enquanto polo de apoio ao funcionamento da sua sede ou outra utilização que efetivamente contribua para a concretização dos objetivos que nortearam a criação do ACES.----------

Face ao exposto, esta Assembleia Municipal manifesta a sua apreensão e disponibilidade de contribuir para a melhor organização dos cuidados de saúde.----------

Solicita envio desta moção ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS, PCP, BE e Verdes, Senhor Diretor da ARSLVT, Senhora Diretora Executiva do ACES Médio Tejo e demais entidades que entenda por convenientes."----------

Colocada à votação **para discussão, foi aprovada por unanimidade. ----------**

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

Vogal Carlos Alves (PS) – Diz que sobre a moção suscitam-lhe duas dúvidas. A sede do ACES era em Constância, tendo passado para Torres Novas, é essa a situação. ----------
Depois tem dúvidas em relação ao conceito de moção, lembrando que na última sessão da Assembleia Municipal o PS apresentou uma moção, que no entender do presidente da Mesa da Assembleia Municipal tratava-se, isso sim, de uma declaração política.----------
Ao analisar o documento que foi lido, levanta-lhe dúvidas, segundo o seu conceito de moção, se de facto é disso que se trata, ficando na dúvida de qual é a proposta que a CDU defende em relação ao ACES, não deixando contudo de concordar com a maior parte daquilo que está contido no documento. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Informou que a Mesa aceitou a moção para discussão, porque aquilo que absorveu na leitura que foi feita pelo Vogal Rogério, a mesma caracteriza um problema, que foi a mudança de um serviço da vila de Constância para outro concelho, e suscita o problema de quando o Centro de saúde foi construído, o primeiro andar destinava-se a um fim, ficando agora livre, manifestando preocupação se o primeiro andar não for ocupado com qualquer coisa que traga mais-valia em termos de ocupação aqui para o concelho. Portanto, foi nesta linha de pensamento que a Mesa aceitou este texto como moção. ----------

Vogal Rogério Palácio (CDU) – Informou o vogal de que não se tratou de uma derrota para Constância, o que acontece, é que face à portaria referida no documento que leu, foi feita uma reconfiguração dos ACES, passando a nossa região de 22 ACES para 15, houve portanto uma fusão de vários ACES. Explicando melhor, dizer que o ACES Médio Tejo I, também conhecido em termos formais por Médio Tejo I – Serra Aire e o ACES Médio Tejo II – Zêzere tiveram uma fusão, portanto resolveram de dois ACES fazer um, congregando todos os Centros de Saúde que dele faziam parte, tendo também sido definido, neste dispositivo legal, que a localização da sede seria Torres Novas. ---
Conclui, afirmando que a moção apresentada pela CDU apresenta alternativas, nomeadamente ao nível da ocupação do edifício, concretamente o 1.º piso, sugerindo que o mesmo seja "rentabilizado enquanto polo de apoio ao funcionamento da sua sede, ou outra utilização que efetivamente contribua para a concretização dos objetivos que nortearam a criação do ACES", não esquecendo que houve algum investimento na sua construção por parte da autarquia. ----------

Vogal Marco Gomes (PS) – Diz que está esclarecido em relação à localização do ACES, será no concelho de Torres Novas, freguesia de Riachos, compreendendo a escolha por ser naquele concelho que está o Centro Hospitalar do Médio Tejo, é mau para o concelho de Constância, porque são pessoas que partem refletindo-se de alguma forma na vida da vila, não deixando no entanto de lamentar o esbanjamento de dinheiro nas obras a realizar nas novas instalações, quando se dá como justificação para a fusão dos ACES, a redução de custos. Termina a sua intervenção perguntando se esta decisão foi imposta pelo governo através de portaria, não tendo a autarquia sido informada a pronunciar-se, e se porventura se pronunciou, qual foi a sua posição. ----------

Vereadora Júlia Amorim – Supõe que numa sessão da Assembleia Municipal foi abordado este assunto. No entanto, informou que quando se começou a falar desta reconfiguração e na fusão dos agrupamentos, a Câmara Municipal deu o seu parecer, alegando designadamente a centralidade do concelho, tendo inclusive enviado um mapa, para mostrar que Constância seria em termos de

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

acessibilidade o concelho mais centralizado, tendo como referência os concelhos de Mação e Ourém, assim como, foi realçado o investimento feito pela autarquia em terrenos e infraestruturas. A Câmara Municipal também teve conhecimento que o agrupamento de centros de saúde do Zêzere tomou posição idêntica em relação ao assunto. ----------
Na altura que saiu a Portaria, 29.11.2011, na reunião de Câmara de 06.12.2011 foi feita uma reflexão sobre a situação, tendo dessa reunião saído um manifesto de desagrado dirigido à Administração Regional de Saúde, apelando ao mesmo tempo, que pelo menos algum polo ou alguns serviços se mantivessem em Constância, rentabilizando dessa forma os espaços existentes. Por outro lado, em Dezembro saiu a designação da nova diretora executiva, ficando a autarquia a aguardar pelo agendamento de uma reunião com a referida diretora, embora, a autarquia pessoalmente já tivesse manifestado perante pessoa que vai coadjuvar a diretora, a posição do município relativamente à questão. ----------

Vogal Marco Gomes (PS) – Informou que ficou esclarecido, parecendo-lhe no entanto que o documento a votação vai repetir aquilo que o executivo já fez, sugerindo que no texto da moção fosse referida a posição da Câmara Municipal, salientando-se que a moção da Assembleia Municipal, para além de expressar o sentimento dos eleitos naquele órgão, servia como reforço à posição do executivo camarário. ----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Diz que o protagonismo da Câmara Municipal de Constância está a fugir, comparando com aquilo que era Constância liderada nos últimos anos por outras pessoas. Hoje vê-se que ao executivo lhe falta audácia e tempera que estas questões necessitam. Termina dizendo que se fosse o partido Socialista que tivesse no poder, a CDU tinha outro tipo de atitude nesta e noutras questões, apelando a maior ousadia, audácia e tempera nas reclamações a esta e outras situações. --

Presidente da Assembleia Municipal – Entende o que o vogal Marco Gomes afirmou, mas mesmo sem conhecer o texto da ata do executivo, acha importante a posição da Assembleia Municipal, reforçando aquilo que foi dito pela vereadora Júlia Amorim. ----------

Finda a discussão, foi a moção colocada a votação, **tendo sido aprovada por unanimidade.** ----------

Concluído o período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação dos Vogais a **ORDEM DO DIA**, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**, ficando a mesma constituída da seguinte forma: ----------

1. Período reservado à **intervenção do público**; ----------
2. Análise, discussão e eventual aprovação do **Regulamento de Organização dos Serviços Municipais;** ----------
3. Análise, discussão e eventual aprovação do **Mapa de Pessoal para o Ano de 2013**; ----------
4. Análise, discussão e eventual aprovação do **Regulamento de Recrutamento e Seleção de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau;** ----------
5. Análise, discussão e eventual aprovação das **Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2013;** ----------
6. Apreciação de **INFORMAÇÃO ESCRITA** apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º. 1 do artigo 53º, Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; ----------

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

7. Outros assuntos de interesse; ----------

Foi colocada à votação a Ordem de Trabalhos tendo sido **aprovada por unanimidade** ----------

ORDEM DO DIA ----------

1 – PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------

Não houve qualquer intervenção. ----------

2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS; ----------

Colocada à votação para discussão foi **aprovada por unanimidade.** ----------

O Presidente da Assembleia - perguntou se alguém estava interessado em intervir. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Informou que esta reorganização resulta de uma imposição legal, que devia estar concluída até 31 de dezembro e resulta de numa mexida no quadro de pessoal, com vista a cumprir alguns aspetos que não eram muito relevantes para o município, e que tinha fundamentalmente a ver com chefias. Houve algumas inibições para esta execução, tendo a autarquia no cumprimento da lei, feito o que era possível por agora. ----------

Concluída a discussão, foi o documento colocado à votação tendo sido **aprovado por maioria com 7 (sete) abstenções da bancada do PS.** ----------

3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013; --

Colocado à votação para discussão**, foi aprovado por unanimidade.** ----------

Vogal Marco Gomes (PS) – Diz que olhando para o mapa de pessoal, concluiu que em termos da defesa do consumidor não existe ninguém para executar tarefas, o mesmo se passa ao nível dos serviços municipais de proteção civil, a não ser no gabinete técnico florestal onde está um técnico e 5 assistentes. Diz ainda, que no gabinete de ação social, educação e saúde existem muitos técnicos na educação e no ensino, para a saúde não há ninguém para executar tarefas, assim como, na ação social, sendo evidente que nesta área, o investimento vê-se só pela quantidade de pessoas afetas à execução dessas tarefas. ----------

Relativamente ao regulamento da organização dos serviços, diz sentir-se preocupado, pois na sua opinião aparecem tarefas atribuídas a determinadas funções, não existindo alguém para as executar. Pergunta porque não se faz o cruzamento com outros serviços onde existam pessoas com duas funções. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Informou o vogal Marco Gomes de que na ação social, educação e saúde, a autarquia possui três técnicos superiores, não tendo havido praticamente, qualquer mexida na estrutura. Diz que de facto aquele serviço continua a funcionar com os recursos que a autarquia tem, no entanto de acordo com a lei, a autarquia teve que fazer uma redução de três funcionários no quadro de pessoal estando previsto para o 2013 que essa redução seja de dois, juntando-se a essas reduções mencionadas uma redução de 50% do pessoal contrato a prazo, fazendo com que a autarquia não possa aumentar o número de pessoas no gabinete de ação social,

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

educação e saúde, mantendo-se as que lá estão, podendo-se até afirmar que aquele setor em relação a outros sai privilegiado. ----------

Vogal Marco Gomes (PS) – Diz que a resposta vai no sentido daquilo que era a sua preocupação, ou seja, que para a autarquia este serviço é dispensável, as pessoas não são importantes. ----------

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Desafia a bancada do PS a dizer o que não foi feito e devia ser feito, quais são de facto as vertentes e as áreas que não se trabalham neste município e que outros trabalham, que apresentem propostas para uma intervenção no terreno mais eficiente, porque falar em termos genéricos é uma coisa, apresentar propostas concretas é outra, não tendo duvida que tanto o PS como a CDU querem é o melhor para os munícipes. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Diz ter depreendido das palavras do Vogal Marco Gomes que o município devia intervir em áreas fora da sua responsabilidade, foi isso? ----------

Vogal Marco Gomes (PS) – Não sabe se o vogal Rui Ferreira leu ou olhou para o anexo I, gabinete de ação social, saúde e educação que diz o seguinte: *"compete-lhe coordenar, corrigir, planear, organizar e desenvolver as atividades das respetivas dependências e essas dependências são o âmbito da saúde" ponto 4.1, página 30, "a) Colaborar na deteção das carências da população em serviços de saúde, bem como em ações de prevenção e profilaxia; b) Recolher as sugestões críticas das populações ao funcionamento dos serviços de saúde; c)Promover a execução de medidas tendentes à prestação de cuidados de saúde à população mais carenciada; d) Propor medidas com vista à intervenção do município nos órgãos de gestão do centro de saúde designadamente no conselho consultivo de saúde; e) Colaborar com os Serviços de saúde no diagnóstico da situação sanitária da comunidade, bem como nas respetivas campanhas de profilaxia e prevenção; f) Executar, no âmbito das suas competências, outras tarefas que superiormente lhe sejam determinadas." Mas quem é que as vai executar, estou a falar da saúde. Vamos para a ação social: "a) Efetuar estudos que detetem as carências sociais da comunidade e dos grupos específicos; b) Efetuar inquéritos socioeconómicos e outros solicitados no município; c) Colaborar com as instituições vocacionadas para interferir na área da ação social; d) Elaborar estudos que detetem as carências de habitação. Identifiquem as áreas de parques habitacionais degradados, e fornecer dados sociais e económicos que determinem as prioridades de atuação; e) Estudar e identificar as causas de marginalidade e delinquência específicas, caso estas existam ou surjam no concelho, proponho as medidas adequadas com vista à sua eliminação; f) Colaborar com as associações assistenciais, educativas e outras existentes na área do concelho, designadamente as IPSS e o CRSS; g) Propor e desenvolver serviços sociais de apoio a grupos de indivíduos específicos, às famílias e à comunidade no sentido de desenvolver o bem-estar social; h) Efetuar estudos que detetem carências da população em técnicas e equipamentos sociais e propor as medidas adequadas à sua resolução; i) Executar, no âmbito das suas competências, outras tarefas que superiormente lhe sejam determinadas"*. ----------

Aquilo que acabou de ler são somente as funções a desempenhar pelos subdepartamentos ou secções, e para as realizar não encontra ninguém no mapa de pessoal. Na área do ensino, por exemplo, estão atribuídas algumas funções, estando o mapa de pessoal dotado de técnicos para realizar essas funções. ----------

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

Informa que no serviço municipal de proteção civil para as funções indicadas não há ninguém a mandar, a coordenar e a elaborar estudos. O mesmo se passa na saúde, na defesa do consumir, foi isto que quis dizer na sua intervenção anterior. Termina, afirmando que a política da CDU não é igual à do PS, porque enquanto o seu partido defende os interesses dos trabalhadores, a CDU lesa-os não pagando as indeminizações de fim de contrato, questão que levantou nesta Assembleia há quatro anos. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Diz que depois de ouvir a intervenção do presidente da Câmara Municipal depreende que devido à polivalência que muitos funcionários da autarquia possuem, faz com que muitas das questões levantadas pelo vogal Marco Gomes sejam resolvidas. ----

Presidente da Câmara Municipal – Informa que o Provedor de Justiça sugeriu à presidente da Assembleia da República a correção de um artigo da legislação relativo às indeminizações por fim de contrato, pelo facto de a legislação em vigor ser pouco clara, sendo essa a razão para a autarquia ainda não ter tomado qualquer decisão relativa ao assunto. ----------

Relativamente à questão da saúde levantada pelo vogal Marco Gomes, considera que aquilo que fez foi um elogio merecido aos funcionários da autarquia, porque três técnicos superiores e uma vereadora conseguem satisfazer as funções constantes no documento, no entanto solicita à vereadora Júlia Amorim que complementasse a sua informação. ----------

Vereadora Júlia Amorim – Diz que de alguns anos a esta parte, se ouve falar em fome e miséria no concelho de Constância, afirmando-se inclusive, que as pessoas não fazem parte das prioridades do executivo camarário, e melhor do que justificações que possa fazer, é mostrar a realidade do concelho através de dados recentes, começando por fazer a caraterização dos beneficiários do rendimento social de inserção no concelho de Constância afirmando que em Constância existem zero agregados beneficiários do rendimento social de inserção, em Montalvo existem oito agregados familiares, e em Santa Margarida da Coutada dezanove, portanto dos vinte sete agregados beneficiários, que são constituídos por 72 indivíduos com idades compreendidas entre os 9 meses e os 63 anos. Os 8 agregados beneficiários na freguesia de Montalvo contam com 21 indivíduos o que representa em Montalvo 29% dos indivíduos apoiados ao nível do rendimento social de inserção, sendo os restantes 71% indivíduos residentes na Freguesia de Santa Margarida da Coutada. O valor das prestações atribuídas, todos recebem muito dinheiro é verdade, porque o valor atribuído é em função do número de pessoas do agregado familiar, falamos em valores atribuídas entre os € 16,50 e os € 397,99. ----------
Por outro lado em termos de alunos que beneficiam a ação social escolar este ano letivo no âmbito do 1.º ciclo são 33 alunos no Centro Escolar de Santa Margarida, sendo que 17 são do escalão A e 16 do escalão B. Na escola de Constância do 1.º ciclo existem 11 alunos do escalão A e 6 do escalão B, num total de 17. Em Montalvo 6 alunos do escalão A e 11 do escalão B, ou seja, num universo cerca de 200 meninos do 1.º ciclo que frequentam os nossos estabelecimentos de ensino, 67 são apoiados ao nível da ação social escolar, *esclarecendo que a ação social escolar ao nível do apoio prestado pela câmara prende-se com o apoio inicial para aquisição dos livros e material escolar, para os meninos que têm escalão A no valor de 46 euros e do escalão B 36 euros e depois a refeição é paga na totalidade aos meninos do escalão A e metade aos meninos do escalão B.* Informa também que

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

quando se abordar o orçamento, pode-se ver que estão lá refletidos esses valores que se perspetivam gastar neste ano letivo. Relativamente ao nível das famílias inscritas na loja social do concelho de Constância, afirma que existem 39 famílias inscritas, sendo 9 de Constância, 16 de Montalvo e de Santa Margarida da Coutada 30, tendo-se socorrido na loja social no mês de dezembro 3 pessoas. ----------

Quanto às cantinas sociais, diz que foi um desafio lançado pelo ministério da solidariedade, tendo o protocolo assinado, na sua opinião muito tarde, entre a segurança social e uma IPSS do concelho, neste caso, a Santa Casa da Misericórdia em Constância, e que consiste em apoiar as famílias vulneráveis socialmente e em extrema carência com refeições fornecidas através do sistema takeaway, havendo uma rentabilização na confeção dos alimentos pela entidade, suprimindo-se também desta forma a redução de espaço e alguma privacidade às pessoas. Relativamente ao programa "PERA – Programa de Emergência para o Reforço Alimentar" implementado pelo Ministério da Educação, informa que no nosso agrupamento foram sinalizadas 12 crianças para reforço alimentar, sendo a medida agora implementada pelo Ministério da Educação, uma prática que a autarquia vinha fazendo. ----------

Afirma que o vogal Marco Gomes em termos de pessoal tem razão, porque de facto a Câmara tem várias áreas com pouco pessoal, porque se não fosse esse condicionalismo, porventura a autarquia desenvolveria muito mais trabalho, e portanto, quando o presidente do Município afirma que ao nível do gabinete de ação social o pessoal faz um trabalho extraordinário em parceria não só com os técnicos que operam no concelho de Constância, mas também os técnicos que operam a nível distrital, e que designadamente com os técnicos do Centro de Emprego, da Segurança Social e da saúde pode ser feito mais e melhor trabalho. ----------

Termina, dizendo que a Câmara Municipal vai aceitar todas as sugestões quer dos eleitos, das instituições e dos munícipes procurando com essas sugestões melhorar e rentabilizar o trabalho que a autarquia está a desenvolver, porque falar das pessoas e dizer que as pessoas são a prioridade, não é chavão do PS, pois foi aquilo que sempre determinou a ação política da CDU neste concelho. --------

Presidente da Assembleia Municipal – Solicita ao executivo que fizesse chegar à Assembleia Municipal o relatório que fundamentou a 1.ª intervenção da vereadora Júlia Amorim, caracterizando o concelho numa determinada área, bem como de outras, para que através do presidente os possa enviar aos eleitos. ----------

Vogal Marco Gomes (PS) – Interveio, manifestando a sua concordância com a posição do presidente da Mesa da Assembleia Municipal, considerando ser fundamental os eleitos estarem informados para de uma forma consciente tomarem as suas decisões. ----------

Relativamente às explicações dadas pela vereadora Júlia Amorim, considera que tudo tem a ver com gestão, colocar as pessoas no sítio certo. Diz que existem alguns concelhos preocupados, não só com a educação e a alimentação, mas também com a habitação, a energia elétrica, e a água. Afirma que haverá neste concelho pessoas com carência económica ou financeira. Considera que existem pessoas neste concelho com carências económica ou financeira que não conseguem pagar as prestações da habitação, que não pagam a luz e até a água que é gerida pela autarquia, propondo que houvesse alguém que acompanhasse essas pessoas no intuito de as ajudar junto dos bancos e da EDP, envolvendo também, os próprios serviços municipais no acompanhamento, colocando a

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

hipótese de a autarquia disponibilizar 20 ou 30 euros às pessoas em dificuldade, para mais tarde, quando pudessem, liquidassem a divida à Câmara Municipal. É esta, no seu entender, uma das formas de ajudar as populações, salientando também, a ajuda dada às treze famílias no arranjo das suas habitações, não deixando de realçar que o executivo se propunha reabilitar somente seis, e por insistência do PS nas sessões camarárias, aceitou estender essa ajuda às treze famílias atrás mencionadas, endereçando pela medida tomada os parabéns ao executivo. ----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Considera que ninguém é dono da área social, nem das políticas sociais, não tendo gostado de ouvir que o PS não se preocupa com a questão social. As preocupações do Partido Socialista são que elas sejam mais abrangentes e que as medidas sociais vão ao encontro das pessoas, naquilo que elas mais necessitam, porque aquilo que a Vereadora Júlia Amorim elencou aqui foram uma série de medidas que derivam da administração central, ou seja; o rendimento social de Inserção, os manuais escolares, a própria loja social, a cantina social e os apoios à família. Diz que gostava de ver a Câmara Municipal com um plano, uma estratégia onde constassem os montantes envolvidos, que houvesse um cronograma de implementação de medidas, um plano de emergência para as dificuldades que existem. ----------
Diz também, ter ouvido a vereadora Júlia Amorim afirmar que só havia uma inscrição na cantina social, quando o provedor da Santa Casa da Misericórdia numa entrevista à rádio antena livre falou em 40 pessoas inscritas. ----------
Para terminar afirma que se falou aqui em empregabilidade nesse campo acha que a autarquia não tem feito nada nesse sentido, sendo aí que as autarquias têm um papel importante, não sendo só na assistência às pessoas, mas garantir-lhes que têm futuro. Afirma que a Câmara Municipal podia fazer mais nomeadamente em questões de política de investimento dentro das limitações que existem, viradas para as empresas e para as associações empresariais, uma política de formação que pudesse salvaguardar a criatividade individual e o empreendedorismo associativo. Na política de descentralização, descentralizar mais para as Juntas de Freguesia, sendo esse também um caminho e depois investir porque acho que é esse o futuro e a própria sociedade competitiva assim o exige, investir em políticas de modernização e inovação tecnológica que são essenciais para que o tecido produtivo sinta que essas políticas tragam o efeito positivo que elas necessitam. ----------

Foi aprovado por **maioria com 7 (sete) abstenções da bancada do PS.** ----------

4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU; ----------

Colocado à votação para discussão, **foi aprovado por unanimidade.** ----------

Vogal Marco Gomes (PS) – Referiu que olhou para a lei 49/2012 para perceber efetivamente o que iria estar em causa, tendo verificado que aquilo que está em causa é a nomeação de um técnico superior de 3.º grau. Na sua opinião deveria estar presente na sessão o anexo 3.º, uma vez que no mesmo consta o preâmbulo, o objeto e o âmbito, seguindo-se os cargos de direção intermédia de 3.º grau e depois no artigo terceiro as competências. E é relativamente às competências que fica sem perceber o que vai fazer o técnico. Também acha que devia vir mencionada a área onde o técnico vai ser inserido, questionando ainda como vai ser feito o recrutamento e seleção, assim como, o próprio estatuto remuneratório que pode estar entre a posição 3 e 6 da carreira geral de técnico superior,

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

sendo a posição 5 a proposta pelo município. Termina perguntando; se a área é a Divisão de Administração e Finanças, onde se vai prover este lugar, e se este regulamento vai ser alterado, nomeadamente para aumentar o n.º3 A, que diz respeito à área, que segundo a lei deve vir mencionada. ----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Disse que tem ido assistir a algumas sessões de Assembleias Municipais tendo a ultima onde esteve a do Entroncamento. Salvo alguma palha que de vez em quando é discutida nas sessões da Assembleia Municipal, coisas que às vezes não fazem sentido, sem qualquer conteúdo, considera as sessões da Assembleia Municipal de Constância das melhores que tem assistido, tendo ficado bastante indignado com aquilo que viu na última Assembleia Municipal do Entroncamento, pensando não ser possível acontecerem situações que presenciou. Por vezes nesta Assembleia Municipal tem criticado algum pulso do presidente da Mesa da Assembleia, mas assistindo a outras fica aquém do negativismo que eu encontro noutros lados. ----------
Referiu também que tem visto na ordem de trabalhos de algumas Assembleias Municipais a aprovação das despesas de representação, não faz este reparo como uma critica, mas sim a salvaguarda dos colegas, para que no futuro não venham a ter problemas, pois no seu entender, com a entrada da lei 49/2012 de 29 de agosto, a atribuição das despesas de representação têm que vir à Assembleia Municipal para deliberar nesse sentido, como ainda não veio e sabendo que as pessoas estão a receber despesas de representação, alerta para o facto de ser feita uma análise, visando a legalidade da situação. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Informa que leu o documento, e que a questão levantada pelo vogal Marco Gomes, relativa à área do dirigente intermédio de 3.º grau, apesar de não estar muito claro, no Regulamento discutido na ordem de trabalhos, ponto 2, na página 4 do Regulamento está lá a resposta. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Diz, que na sua opinião tudo é bem claro. Foram criados dois lugares de direção intermédia grau 3, a Lei permite prover 1 e o artigo 13.º da Lei 49/2012, diz que o júri do departamento é designado por deliberação da Assembleia Municipal, significa isto, que é um assunto que virá novamente à Assembleia Municipal, acrescentando no entanto que aqueles que não conseguiram, lendo o texto, que o lugar a prover é para a área financeira, terão oportunidade de saber quando vier à Assembleia para aprovação a proposta para o júri. ----------

Vogal Marco Gomes (PS) – Informa que a sua intenção quando abordou o assunto, foi a de corrigir o documento segundo o que está na lei no n.º3 do artigo 4.º. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Informa que a lei não diz nada, a autarquia criou dois lugares e diz que um é a prover, percebendo-se no texto qual é. ----------

Foi aprovado por **maioria com 5 (cinco) abstenções da bancada do PS.** ----------

Na altura da votação não estavam presentes, o vogal António Louro do PS e o Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Jorge Pereira. ----------

5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2013; ----------

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

Colocado à votação para discussão, **foi aprovado por unanimidade.** ----------

Presidente da Câmara Municipal – Referiu, que a autarquia adequou o orçamento à realidade ou perto disso, sendo que o mesmo tem uma redução, em relação ao ano anterior, de quase dois milhões de euros. ----------

Vogal Isabel Costa (PS) – Diz, que de facto há uma diminuição de quase dois milhões de euros relativamente ao orçamento apresentado no ano passado. Considera importante verificar a que se deve essa diminuição, porque a origem dela reflete as opções do executivo, verificando que a despesa corrente ao contrário daquilo que deveria acontecer, não diminuiu, aumentando em 727.000,00 euros, sendo este aumento resultante do aumento da despesa corrente na rúbrica "aquisição de serviços" cujo valor quase duplicou, passou de 822.000,00 euros para 1.543.000,00 euros. Refere também, que houve uma ligeira descida na despesa com pessoal, que mesmo tendo em conta acontecerem em 2013 algumas aposentações, parece-lhe não fazer sentido esta redução, por duas razões; uma, ao contrário do que aconteceu em 2012, em 2013 vai ser reposto um dos subsídios, subsídio de Natal, que será pago em duodécimos, contrariando portanto, esta ligeira descida. Por outro lado, as contribuições para a caixa geral de aposentações, também vão passar dos atuais 15% para 20%. Perante os cenários expostos, pergunta qual o motivo que levou reduzir a despesa com pessoal? ----------
Afirma ainda, que esta diminuição do orçamento se deve sobretudo à diminuição do investimento, havendo um aumento da despesa corrente e uma diminuição do investimento. A diferença entre o ano n e o ano n-1 dá uma grande diminuição das despesas de capital. ----------
Do lado da receita corrente, há um aumento, verificando que o mesmo se deve sobretudo ao valor arrecadado, principalmente pelo valor do IMI, face ao aumento do valor patrimonial dos imóveis, resultando daí uma receita superior, apesar da taxa aplicada pela autarquia ser mais baixa. ----------
Verifica também, que dentro da aquisição de serviços há um aumento com a iluminação pública em 65.000,00 euros, não entendendo o acréscimo de 470.000,00 euros em encargos com instalações no que se refere à energia, solicitando explicação. ----------
Ainda dentro da "aquisição de serviços", diz haver um aumento significativo de "outros trabalhos especializados" de 161.000,00 para 343.000,00 euros, pergunta porquê?----------
Conclui, perguntando se a sugestão do vogal Mário Pereira, relativamente à poupança de energia elétrica na iluminação pública no concelho, foi posta em prática, pois, face ao aumento significativo de energia se calhar seria importante fazer uma reflexão sobre a sugestão colocada. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Referiu, que houve uma redução de alguns encargos, sendo no pessoal uma realidade. No entanto, se a autarquia não tem pessoal para realizar algumas tarefas vai ter que contratá-lo, vindo esse encargo a constar noutra rubrica. Para mais esclarecimentos solicitou ao chefe de divisão os mesmos. ----------

Eng.º Jorge Heitor – Relativamente ao aumento do consumo de energia elétrica na iluminação pública, informa, que a autarquia em abril do ano passado solicitou à EDP para reduzir o tempo de iluminação pública em cerca de 1 hora. Esta redução foi feita de forma faseada, pelo facto de ser necessário colocarem-se relógios astronómicos nos postos de transformação, uma vez que atualmente os mesmos possuem células fotoelétricas, não permitindo com este sistema controlar o

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

consumo de energia elétrica. Complementa o esclarecimento afirmando, que só em abril do atual ano foi feita a montagem dos referidos relógios, continuando em junho e terminou em setembro. O tempo de redução de iluminação publica é de cerca de 1 hora, repartida por 45 minutos de manhã e quinze minutos à tarde. Refere, que tem recebido algumas reclamações verbalmente, sendo difícil por um lado, reduzir o consumo de energia elétrica, e por outro, agradar a todos os munícipes. -------- Quanto à possibilidade de nalgumas ruas a autarquia reduzir para metade os focos luminosos, utilizando poste com iluminação seguido de poste sem iluminação, informa, que foi feito um levantamento na vila de Constância até à rotunda, para se fazer um estudo, para com base no mesmo, no principio do ano de 2013, a autarquia se candidatar ao QREN a um projeto cujo financiamento pode chegar aos 80 ou 85%, visando reduzir o consumo energético no concelho. Recorda que o IVA subiu muito, assim como, o preço da energia elétrica, sendo no seu entender a causa principal para o aumento registado. Finalmente informa, que o investimento previsto para adaptar a iluminação pública ao novo sistema, rondará entre os 150.000,00 e os 160.000,00 euros, não sabendo se com, ou sem IVA. ----------

Vogal Isabel Costa (PS) – Referiu, que entendeu as explicações dadas, mas aquilo que quer saber é a diferença que vai entre os 65.000,00 que foi o aumento na iluminação pública e os 470.000,00 euros que foi o total do aumento havido no encargo com instalações. ----------

Técnica Maria Adelaide – Informou, que no encargo das instalações, para além da iluminação pública nas atividades mais relevantes, estão incluídos todos os edifícios públicos, e analisando o mapa de novembro, verifica-se que os custos a 30 do referido mês se cifram em 357.000,00 euros. Como a autarquia não utiliza a rúbrica residual, onde se ia buscar verba para modificações, tenta-se dotar as rúbricas o suficiente, uma vez que o fundo de equilíbrio financeiro corrente levou com uma dose de percentagem, de capital para corrente, que também proporcionou a subida da previsão de cobrança corrente, sendo que oitocentos e tal mil euros passam de capital para corrente. ----------

Vogal Isabel Costa (PS) – Diz, que estava à espera dessa justificação, perguntando se para 2013 existe alguma razão que justifique esse aumento com os edifícios municipais, ou seja, perante o que aconteceu em 2012, com a iluminação pública e a iluminação dos edifícios municipais, vai haver algum edifício municipal que necessita de mais energia, dando como exemplo o borboletário. ----------

Técnica Maria Adelaide – Informou, que na sua intervenção se referiu a todos os edifícios municipais, podendo a contabilidade responder à questão colocada através da contabilidade de custos, tirando-se uma lista pelo consumo dos edifícios municipais, onde consta naturalmente o borboletário. ----------

Vogal Isabel Costa (PS) – Justifica o porquê da sua insistência nesta questão, afirmando que relativamente à iluminação pública é fácil o entendimento, mas considerando que há um aumento de 470.000,00, em 2011 o orçamento apresentado era de 169.000,00, em 2012 passou para 634.000,00, verificando-se um aumento muito significativo, sendo essa a razão que a levou a questionar a previsão para 2013, encontrando-se de facto na contabilidade de custos, ajuda a estas respostas. ----------

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

Técnica Maria Adelaide – Informa, que na sequência e na perspetiva da já existente este ano, a 30 de Novembro, a autarquia ia já com o incremento positivo de 46.545,37 euros em "outros trabalhos especializados". Existem pagamentos adicionais à AIRC pelo novo sistema, bem como a empresas de trabalho temporário, que serão relatadas e encontrar-se-á ao longo de ano o seu desenvolvimento, podendo-se também dar explicações mês a mês, do que vai saindo desta rubrica. ----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Referiu, que o grande problema do consumo de energia elétrica está nos edifícios públicos e não na iluminação pública como teve oportunidade, há algum tempo atrás, apresentar nesta Assembleia Municipal dados que confirmavam isso mesmo. Na altura foi criticado pelo vogal Rui Ferreira acusando-o de apresentar valores, sem mencionar a fonte, voltando a insistir que a poupança deve ser direcionada para os edifícios que fez referência anteriormente. ----------

Vogal Marco Gomes (PS) – Referiu, que numa sessão da Assembleia Municipal foi aprovado considerar a capela de Sant´Ana, monumento de interesse municipal, não entendendo por que razão aparece no documento, nas "atividades mais relevantes", área da ação social, uma verba de cinco mil euros, para a referida capela. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à questão levantada pelo vogal Marco Gomes, informa, que a rubrica referida, nada tem a ver com o que foi aprovado em tempo oportuno pela Assembleia Municipal, sendo que a comparticipação/verba da autarquia, é retirada das transferências. Os cinco mil euros referidos têm a ver com uma verba residual destinada a trabalhos de manutenção, que eventualmente pudessem vir a ser realizados. ----------

Técnica Maria Adelaide – Diz, que a verba referida está na ação social, porque na sua perspetiva, a capela é apenas e só a casa Mortuária. ----------

Vogal Marco Gomes (PS) – Diz, que olhou para as GOP verificando que na página 25 aparece como investimento da autarquia adquirir uma mini retroescavadora. Depois vê na freguesia de Montalvo um investimento no arranjo paisagístico do largo da rua do Valinho, perguntando que tipo de investimento é este, e qual o objetivo. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Informa que o espaço focado vai ser alvo de obras no sentido de o dotar de condições, que para além de o enquadrar no meio envolvente, servirá como parque de estacionamento. ----------

Vogal Isabel Costa (PS) – Referiu, que no verso da página 27 aparece um projeto novo com o n.º 4.2013. Pergunta, qual a razão para o aparecimento deste novo projeto para 2013? ----------

Vereadora Júlia Amorim – Informa, que não está previsto gastar-se mais dinheiro, não sabendo se existe alguma razão técnica que levou ao desdobramento das rúbricas. ----------

Técnica Maria Adelaide – informa que as duas classificações económicas diferentes, 010107, que é a rubrica contratos de avença ou à tarefa, e o 020220, que são trabalhos especializados, ou seja existem contratos de avença que vão transitar para o princípio do próximo ano, e ficam espelhados e os contratos que não existem, que são novos, e que no próximo ano saem para "outros trabalhos especializados". ----------

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

As GOP foram **aprovadas por maioria com 7 (sete) abstenções da bancada do PS.** ----------
O Orçamento foi **aprovado por maioria com 7 (sete) abstenções da bancada do PS.** ----------

A bancada da CDU apresentou declaração de voto: *"Discutimos e aprovámos as GOP e Orçamento para o ano de 2013, documento sem o qual não podemos administrar o município.* ----------
Face à redução substancial das receitas ocorridas desde o ano de 2010, às incertezas do agravamento financeiro que vai ser o ano de 2013 e ainda à trapalhada que tem sido a suspensão dos Fundos Comunitários este é o Plano e Orçamento que enquadra a resposta ao que julgamos ser o mais importante para o desenvolvimento do Concelho. ----------
Como todos prevemos, o dinheiro não vai chegar para parte das intenções, no entanto estamos convictos que a Câmara Municipal saberá a cada momento optar pelo essencial em detrimento do acessório. ----------
Tal como tem sido a prática presente, através do Programa Viver Constância e no trabalho desenvolvido no acompanhamento de situações de carência Social, (ao que sabemos em numero reduzido) existe a certeza de que o apoio solidário a famílias carenciadas estará sempre na primeira linha da preocupação dos responsáveis municipais. ----------
Seria suposto, em ano de eleições, aparecerem grandes intenções de realidade efetiva. Tal como anos anteriores o executivo Municipal opta, e bem, pelo controle da saúde financeira do município sem descurar a qualidade dos serviços prestados à população e sem atualizar as suas taxas e tarifas, tornando desta forma mais aliviada a situação difícil por que passamos. ----------
Não foi o Município de Constância que contribuiu para o descalabro que vivemos no País. ----------
Sempre se gastou apenas o que se podia e devia gastar, mas temos sido penalizados por ter feito a gestão que foi feita. Veja-se os empréstimos com juros bonificados feitos pelo anterior e atual Governo a Câmaras em dificuldades financeiras e agora, neste presente momento, querem tirar do bolo de todas as autarquias o dinheiro para financiar municípios em desequilíbrio financeiro. ----------
Para a CDU a seriedade tem que continuar a ser a forma de gerir o município. Não podemos, de forma demagógica, baixar impostos que comprometam a saúde financeira do município, as contas em dia com fornecedores e municípios têm que continuar a ser apanágio dos que nos governam. -----
Estamos num tempo de resistência. Resistência à retirada de direitos e à degradação da nossa qualidade de vida. Resistência à demagogia, à deturpação, ao boato. Resistência à retirada de serviços e esvaziamento do interior do país. Resistência à extinção de Freguesias e Concelhos. ---------
Para nós CDU, a par dos objetivos plasmados no documento aprovado, é também com esta resistência que se defende o Concelho e os seus municípios, todos os dias, mas muito particularmente no ano de 2013."----------

A bancada do PS fez declaração de voto verbal: " *A nossa abstenção deve-se ao facto de que o partido socialista não irá inviabilizar o orçamento do partido que foi escrutinado nas eleições para desenvolver aquilo que foram os projetos da CDU no entanto obviamente abstemos porque entendemos se o partido socialista fosse ele que tivesse a gestão do município as prioridades do investimento pouco dinheiro que efetivamente este ano tem o município seriam completamente diferentes, mais vocacionadas para aquilo que já chamamos atenção pessoas porque elas é que são as coisas importantes do concelho."*----------

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

6 - APRECIAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; ----------

INTERVENÇÕES: Não houve. ----------

7 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE ----------

Presidente da Câmara Municipal – Começou por fazer uma análise ao documento, destacando a amortização feita pela autarquia em 462.000,00 euros em empréstimos. De seguida debruçou-se sobre as dívidas dos parceiros da obra da ponte sobre o rio tejo, salientando os 276.000,00 euros já recebidos, bem como, mais 200.000,00 euros da mesma obra, que deram entrada hoje na tesouraria da Câmara Municipal. Diz, que neste processo da dívida, a autarquia tem a receber cerca de 300.000,00 euros, estando os valores da divida da REFER e Estradas de Portugal dependente do parecer da autoridade tributária, quanto ao IVA. Quanto à Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, o município de Constância recebeu nesta data 32.000,00 euros, havendo um plano de pagamento a entrar em vigor em abril ou junho, visando saldar a totalidade da divida. ----------
Faz referência aos 400.000,00 euros em caixa, que somado aos 462.000,00 euros, mais os 300.000,00 euros assinalados anteriormente como divida à autarquia, dá-lhe algum otimismo quanto à realização de projetos de menor dimensão que o Centro Escolar de Montalvo, tais como; a estrada nova das hortas, a adjudicar em janeiro do próximo ano, o parque de merendas, intervenção ao nível de esgotos na parte norte de Montalvo e a ampliação dos cemitérios de Constância e Portela. ---------
Apesar de considerar importante as obras mencionadas, a sua maior preocupação vai para a construção do Centro Escolar de Montalvo, tendo esperança, que em março de 2013, a autarquia seja convidada para realizar a obra, razão para que em janeiro seja aberto o concurso, implicando esta obra, que a autarquia disponibilize 700.000,00 euros, uma vez que o orçamento é de 1.550.000,00 euros, sendo o valor ilegível de 1.000.000,00 euros, ou seja, mesmo com o financiamento de 85%, a autarquia tem que contribuir com 150.000,00 euros da parte ilegível, mais a diferença entre o valor total e o ilegível, (550.000,00 €). ----------

Vogal Marco Gomes (PS) – Abordou o Estatuto do Direito da Oposição, afirmando, que em 2010 as forças representadas na Assembleia Municipal, PS, PSD e a CDU foram notificados por ofício, tendo o município ficado à espera que as mesmas forças politicas se pronunciassem pelo mesmo meio, violando o que está expresso na lei. ----------
Em 2011 e 2012 o procedimento repetiu-se, ou seja, neste concelho a lei 24/98 de 26 de maio não é reconhecida, tirando a possibilidade aos vereadores do PS de darem sugestões para a elaboração do Orçamento e GOP como foi sugerido, nesta Assembleia Municipal, pelo vogal Rui Ferreira. ----------
Termina, afirmando que na última sessão da Assembleia Municipal, foi afirmado pelo vogal Carlos Alves, que a água do concelho era muito cara, tendo o mesmo acrescentado, haver munícipes que tinham furos de água, fazem lixo e utilizam a rede de saneamento, não pagando contudo estes serviços, pelo facto de não consumirem água da rede. Face ao exposto, ficou admirado ao ver uma circular da autarquia vangloriando-se que não ia aumentar a água, continuando no entanto, a cometer a injustiça referida anteriormente. ----------

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

A bancada da CDU apresentou uma moção sobre o encerramento da secção de Família e Menores no Tribunal Judicial de Abrantes. ----------

Moção: "Encerramento da Secção de Família e Menores no Tribunal de Abrantes" ----------

Encerramento do Tribunal de Trabalho de Abrantes ----------

"Como é do conhecimento público o atual Governo, no âmbito da reforma judiciária, ao qual denominou "Quadro de referência para a reforma da Reorganização Judiciária" decidiu o encerramento em Abrantes da Secção de Família e Menores e do Tribunal de Trabalho em Abrantes.

Constância, particularmente pela sua proximidade depende, nos serviços inexistentes no seu território, quase exclusivamente, dos serviços localizados na cidade de Abrantes. É assim na Justiça, Na Saúde, no Ensino, no Comércio e num número infindável de serviços necessários ao dia a dia das nossas populações.----------

As acessibilidades, quer através de meios próprios quer através de transportes públicos facilitam esta deslocação e tornam natural e banal esta convivência saudável que permite o bem-estar dos Constancienses e a rentabilização de serviços na cidade vizinha.----------

O encerramento do Tribunal de Trabalho em Abrantes e o encerramento da Secção de Família e Menores do Tribunal Judicial de Abrantes, com a sua deslocação para a cidade de Tomar, irá prejudicar substancialmente as populações e as empresas do Concelho de Constância.----------

Deixamos de fazer dez para fazermos Vinte KM. Os transportes públicos são particamente inexistentes. A rentabilização da deslocação, como por exemplo a ida ao Hospital ou à Escola deixa de ser possível. As famílias de poucos recursos vêm a sua situação bastante mais agravada. As dificuldades aumentam para todos, particularmente para aqueles que participam de forma voluntária, na Comissão Municipal de Protecção de Menores ou para todas as vítimas, muitas bastante fragilizadas, decorrentes do flagelo do desemprego. As empresas sedeadas no nosso território veem elas, também, os seus custos acrescidos.----------

Para toda a Comunidade do Concelho de Constância esta é mais uma medida muito prejudicial à nossa economia e á nossa qualidade de vida.----------

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Constância, reunida a 28 de dezembro de 2012 delibera:

a) *Exigir ao Ministério da Justiça a manutenção de uma Secção do Tribunal de família e Menores no atual Palácio da Justiça em Abrantes.----------*

b) *Exigir ao Ministério da Justiça a manutenção em Abrantes de uma Secção do Tribunal de Trabalho.----------*

c) *Enviar esta moção às seguintes entidades: Ministério da Justiça, Assembleias Municipais de Abrantes e Sardoal, Secção de Abrantes da Ordem dos Advogados, Sindicato dos Oficiais de Justiça, Órgãos de Comunicação Social Regional."----------*

Colocado à votação para discussão, **foi aprovado por unanimidade.** ----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Diz, ter dúvida em se estamos perante uma declaração política ou uma moção. Na sua opinião, uma moção é uma proposta para resolver uma eventualidade, não sabe o que é que a Câmara Municipal de Abrantes e a sua Assembleia Municipal têm feito, ou fizeram,

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

relativamente a esta matéria, parecendo-lhe que a moção veio por tinha que vir, entendendo que questões como esta deviam ter um maior envolvimento e transparência. ----------

Vogal Isabel Costa (PS) – Informou que depois do que leu, tem algumas dúvidas, porque não sabe ao nível dos municípios, o que é que está a ser feito, agradecendo que fosse esclarecida. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Informou que solicitou na comunidade intermunicipal, que todos os municípios fizessem o que pudessem para pelo menos, manifestar o desagrado com aquilo que se estava a projetar, tendo inclusive, a comunidade intermunicipal promovido encontros com o bastonário da ordem dos advogados em Abrantes, um pouco para criar pressão, tendo sido aprovado na Comunidade Urbana do Médio Tejo um documento conjunto dos presidentes de Câmaras Municipais, onde se realçava a importância do tribunal no desenvolvimento da região, demonstrando que apesar da sede do tribunal estar situado em Abrantes, a sua extinção não atinge somente a população local, mas toda uma área. ----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Considera que a posição conjunta, tomada pelos presidentes de Câmaras Municipais, e divulgada na opinião pública, é no seu entender a mais adequada, questionando, por que razão a CDU não teve a mesma atitude, tendo optado por trazer a esta Assembleia Municipal isoladamente uma moção, que no seu entender deveria ter sido feita por todos os membros desta Assembleia, uma vez que, esta problemática interessa a todos. ----------

Presidente da Assembleia Municipal – Informa que segundo o regimento, qualquer grupo pode tomar a iniciativa, não impedindo que outros grupos se associem à mesma, realçando que no documento vem mencionado, que a deliberação é da Assembleia Municipal de Constância, acrescentando que já houve sessões em que o PS apresentou moções, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. ----------

Vogal Isabel Costa (PS) – Referiu que aquilo que o vogal Carlos Alves, na sua intervenção anterior pretendeu transmitir, foi o sectarismo que a moção cria, ao ser apresentada em nome da CDU, em vez de ser em nome dos eleitos da Assembleia Municipal por se tratar de um assunto de interesse geral e não ideológico ou partidário. ----------

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Diz que cada um apresenta aquilo que entende, acrescentando que se o PS entende que não é justa a moção, só porque foi apresentada pela CDU, devem votar de acordo com a sua consciência, porque ele não deixaria de votar favoravelmente uma moção apresentada pelo PS, desde que a considerasse justa, situação que se verificou nesta Assembleia Municipal, não aceitando portanto, que o texto da moção seja alterado. ----------

Vogal Isabel Costa (PS) – Informa que não está em causa quem apresenta a moção, considerando no entanto, que temas como o que está a discussão, devia constar nas moções como proponente a Assembleia Municipal, não só pelo peso que tem, mas também pelo impacto que cria. ----------

Moção **aprovada por maioria** com o voto contra do vogal Carlos Alves do PS. ----------

Declaração de voto verbal do vogal Carlos Alves (PS): *"Eu votei contra, não pelo conteúdo, mas como protesto pela maneira de ser, a missão pública que cada um de nós aqui representa."*----------

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo – Iniciou a sua intervenção, dizendo que a sinalização vertical existente no nó de ligação da rua Júlio Feijão à EN3 dificulta a visibilidade aos automobilistas quando abordam aquela estrada nacional, perguntando se não haverá possibilidade de posicionar as placas, do nó referido, por forma a tornar o acesso à EN3 mais seguro. ----------

Seguidamente, pergunta para quando a conclusão das obras de saneamento básico – águas pluviais no Bairro DUCANO. ----------

Relativamente à iluminação pública, tem ouvido queixas dos habitantes, principalmente daquelas senhoras que entram às 7h00 na tupperware, para a falta de iluminação pública pelo facto da mesma desligar muito cedo, criando-lhes alguma insegurança, quando se deslocam para aquela unidade fabril, sugerindo a solução proposta há algum tempo nesta Assembleia, desligando-se os candeeiros de forma alternada, ou aumentando o tempo de funcionamento. ----------

Finalmente faz um reparo ao conteúdo do boletim camarário, não este mas o anterior, dizendo que no mesmo, é feita referência aos almoços do idoso nas freguesias de Constância e St.ª Margarida, não havendo qualquer notícia referente ao da freguesia de Montalvo, apesar de no mesmo estarem presentes, os presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal de Constância. ----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Diz, que na última sessão da Assembleia Municipal a bancada do PS apresentou uma recomendação, relativamente à mobilidade das pessoas no acesso aos edifícios públicos, pergunta qual é o ponto da situação. ----------

Finaliza a sua intervenção para informar o vogal Rui Ferreira, que o PIAL não tem nada a ver com o transporte a pedido, havendo da parte do vogal alguma confusão na termologia e substância em relação ao programa focado. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Começou por esclarecer o vogal Carlos Alves relativamente à última questão por si colocada, dizendo que o mesmo pode adquirir essa informação através de pedido à Divisão de Urbanismo e Planeamento, acrescentando no entanto, que o estudo está feito há muito tempo, tendo a Divisão mencionada o registo dos impedimentos para a execução da obra.

Quanto ao almoço do idoso em Montalvo, informa que os funcionários da autarquia não vão tirar fotografias aos almoços, ficando registado no boletim a notícia mas sem fotografia. A não inclusão da mesma no boletim deveu-se à falta de tempo para o fazer, informando que a mesma sairá no próximo boletim. ----------

Relativamente à iluminação pública, o chefe de divisão já manifestou a preocupação por parte da autarquia em relação ao assunto, havendo a hipótese de uma candidatura aos fundos comunitários para solucionar o problema podendo, ainda em 2013, haver verba disponível para realizar a obra. ----

Sobre os sinais, informa que o chefe de Divisão já tomou as devidas notas, acrescentando que também na rua a seguir à oficina do Calado, existem problemas na circulação. ----------

Quanto às obras no Bairro DUCANO informa, que os moradores em tempo oportuno foram informados do ponto da situação, sabendo que as mesmas vão ser concluídas quando for feito o reforço betuminoso da rua que vai desde a cantina até ao sobreiro, estando a adjudicação desta obra prevista para janeiro 2013. ----------

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo – Relativamente à não publicação no boletim camarário do almoço do idoso em Montalvo lembra que aparece um artigo no referido boletim, ocorrido no mesmo dia em que foi realizado o almoço do idoso em Montalvo. ----------

Sobre a iluminação pública, e uma vez que a autarquia se vai candidatar a um financiamento, entende que seria importante pensar-se na iluminação por LED, que apesar de ser um investimento caro, acaba por ser compensado com uma significativa redução de custos de energia. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Informa o presidente da Junta de Freguesia de Montalvo que o processo relativo à iluminação pública se insere num projeto da associação de vários municípios, sendo que a opção tomada será igual para todos. ----------

Eng.º Jorge Heitor – Referiu que a iluminação pública dentro da vila será em LED. Quanto à iluminação periférica, zona alta e EN3, serão substituídos, nas armaduras tipo ONIX, os balastros existentes por uns eletrónicos. ----------
Relativamente à sugestão ventilada anteriormente, de se desligarem candeeiros alternadamente, informa que nas redes de iluminação pública mais recentes, essa solução é eficaz, o mesmo não se passa com redes mais antigas, uma vez que os postes não estão equipados com portinhola de acesso ao circuito elétrico, obrigando a que se tenha que desligar lâmpada a lâmpada no respetivo apoio. ---
Reconhece que a inexistência de iluminação pública no período da manhã tem provocado algumas queixas dos munícipes, tanto de Constância como de Montalvo, sendo que nesta freguesia, no troço entre o fim da rua Anes de Oliveira e a TUPPERWARE, EN3, o problema é mais complexo, uma vez que a rede é antiga, tendo as lâmpadas que ser desligadas poste a poste. ----------

Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo – Diz que de facto demora-se mais um pouco, mas é fácil desligar. ----------

Vogal Carlos Alves (PS) – Interveio para desejar um ano de 2013 mais humano, desejando para as empresas de Constância lucro, que o concelho deixe de ser um concelho pobre, pequeno, grande pelo menos no coração, que venha para cá muita juventude, para que deixe de ser um concelho envelhecido. ----------

Presidente da Câmara Municipal – Informa que as objeções que o chefe de divisão está a colocar, têm a ver com a ideia de manter os candeeiros todos acessos nas horas que fazem falta, e só depois alternar, sendo de facto essa fase a mais complicada. ----------

APROVAÇÃO EM MINUTA ----------

Nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constante possam produzir efeitos imediatos. ----------

ENCERRAMENTO ----------

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia declarou encerrada a Sessão pelas vinte e quatro horas e trinta minutos. A presente ata foi redigida, na sua versão inicial, pelo Secretário da Assembleia Municipal. ----------

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. ----------

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

Apartado 46 • 2250-909 Constância Telefones 249 730 050/9 • Fax 249 739 514 Contribuinte n.º 506 826 546
e-mail: geral@cm-constancia.pt • www.cm-constancia.pt